

O ESTUDO DO LUGAR E A FORMAÇÃO DO ALUNO CIDADÃO

Janete Aparecida de Lima¹
Sergio Luiz Thomaz²

RESUMO: Uma educação pautada na concepção teórica Histórico-crítica não pode medir seus resultados apenas em dados numéricos de notas e porcentagens de aprovações e reprovações. Mais que isso, a observação das transformações que ocorrem no comportamento do educando e na sociedade também deveriam ser avaliadas. Analisando os resultados da educação por esse viés, teríamos que nos atentar se os objetivos da educação estão sendo efetivamente alcançados. Parece consenso acreditar que a educação está bem quando as notas e o número de reprovações e desistências são satisfatórios. Nesse sentido, o artigo discute a importância de irmos além dos números e propor metodologias que de fato colaborem para uma educação transformadora, como pretendem as Diretrizes Curriculares de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio / PR. Acreditamos que o estudo do lugar do aluno, nas aulas de Geografia, prática que deve ser constante em todos os níveis de ensino, colabora para a efetivação dos objetivos da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Lugar, Metodologias, Concepção teórica. Cidadania.

ABSTRACT: An education based on historical-critical theory conception cannot measure their results only in numerical data of marks and approvals and disapprovals percentages. More than that, the observation of the transformations that take place in the behavior of the student and society should be also evaluated. Analyzing the results of education on this perspective, we would look if the objectives are being effectively achieved. It seems consensus to believe that education is well when the marks and numbers of disapprovals and failures are satisfactory. The article discusses the importance of going beyond numbers and proposes methodologies that actually work for an education sector as wish the Geography Curriculum Guidelines for the final years of elementary school and the high school/PR. We believe that study of the place, in geography lessons, a practice that should be constant at levels of education, contributes to the realization of the educational.

KEY-WORDS: Education. Place. Methodologies. Theory Conception. Citizenship.

¹Professora de Geografia do Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual de Ensino/ PR integrante do Programa de Desenvolvimento Educacional/PR (PDE), sob orientação do professor Sergio Luiz Thomaz. / UEM. Hotmail: jantegeografia@hotmail.com

²Professor Dr. Sergio Luiz Thomaz. Departamento de Geografia/CCh / UEM. Av. Colombo, 5790–Zona 7 Fone (44)3261 4290. CEP 87020-900- Maringá – PR. E-mail: slthomaz@uem.br

1 - INTRODUÇÃO

[...] temos de assumir o nosso papel no ensino e na sociedade; temos de assumir nosso espaço – algo um tanto óbvio, para uma Ciência que tem como objeto de estudo o próprio espaço...

[...] não podemos deixar de ensinar Geografia! Não queremos formar pequenos geógrafos, mas sim cidadãos que saibam utilizar o conhecimento geográfico para compreender a evolução do mundo em que vivem e, assim, nele assegurar a sua efetiva participação.
(MORAES, 2006, p.65)

O presente artigo, resultante do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE implementado pelo governo do estado do Paraná, propõe uma reflexão sobre a necessidade da abordagem da escala local nas aulas de geografia, além dos conteúdos existentes nos livros didáticos. Essa abordagem a qual nos referimos é importante que seja desempenhada em todas as séries do Ensino Fundamental e Médio para que os objetivos da Geografia possam ser efetivamente alcançados.

A escolha do tema reflete a angústia de muitos professores que não tem conseguido, responder as freqüentes “curiosidades” que os alunos têm a respeito do lugar em que vivem e a dificuldade em colocar em prática o estudo da Geografia na escala local. Diante dessa realidade, que é bastante comum, enfatizamos que a confecção de um Caderno Pedagógico onde a Geografia do município esteja sistematizada.

Se a falta de conhecimento do aluno sobre os aspectos geográficos na escala local é uma verdade, também é verdade que parte dos professores de geografia o desconhecem. Pensamos que, com a globalização, a geografia do lugar perdeu importância, pois o mundo está “dentro de casa” através dos vários meios de comunicação e, as grandes manchetes tornam-se mais importantes no contexto escolar do que as questões locais. Como diz CALLAI:

Na nossa vida, muitas vezes sabemos coisas do mundo, admiramos paisagens maravilhosas, nos deslumbramos por cidades distantes, temos informações de acontecimentos exóticos ou interessantes de vários lugares que nos impressionam, mas não sabemos o que existe e o que está acontecendo no lugar onde vivemos.

Outro fator que contribuiu para isso é que nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio os conteúdos, que estão organizados nos livros didáticos abordam conteúdos

menos específicos, ou seja, trata de regiões, de continentes, de países e, raramente, estados. A grande ironia é que queremos que conheçam o mundo, mas esquecemos que desconhecem o próprio lugar. Destacamos ainda que, quando os professores passaram a adotar a Geografia Crítica como concepção teórica, muitos deixaram de se ocupar com números e conceitos, considerando muitas vezes como isso ser antiquado e afirmando que o entendimento das relações é que eram importantes para a Geografia. Também concordamos que precisamos entender as relações. Mas não dá para analisar as relações existentes entre os componentes do espaço sem primeiramente conhecer quais são esses componentes, sejam eles números ou conceitos.

Além disso, lembramos que os professores que atuam nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio não tiveram obrigatoriamente que estudar a Geografia do município onde atua e nem metodologias para isso, ou seja, se já fazem isso, foi por iniciativa do próprio professor na ânsia de poder ter mais subsídios para suas aulas.

A partir dessas constatações, concordamos que o resgate do estudo da escala local para nós é crucial, se pretendemos formar alunos críticos. Em SANTOS (1999):

Em cada sociedade, a educação deve ser concebida para atender, ao mesmo tempo, ao interesse social e ao interesse dos indivíduos. É da combinação desses interesses que emergem os seus princípios fundamentais e são estes que devem nortear a elaboração dos conteúdos do ensino, as práticas pedagógicas e a relação da escola com a comunidade e com o mundo.

Para tratar desse tema tão importante, inicialmente elucidaremos o conceito de lugar empregado nas DCEs (Diretrizes Curriculares de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio) do estado do Paraná, que, por sua vez, apóia-se em vários autores da vertente da Geografia Crítica. Posteriormente discutiremos a relação entre o estudo do lugar e a formação do aluno cidadão, os desafios para implementação desse estudo e os conteúdos que devem estruturar o estudo da Geografia do município.

2 - O CONCEITO DE LUGAR

[...] A Geografia, ao proporcionar novas leituras do espaço vivido cotidianamente, é um poderoso instrumento para a construção da cidadania ao fortalecer a identidade através da valorização do lugar e da compreensão da articulação deste com o espaço global. (AIGNER, 211,p.213)

Nossa proposta de entendimento sobre **Lugar** é fundamentada na perspectiva da Geografia Crítica, adotada nas DCEs do Paraná que o denomina como local onde os fenômenos geográficos, físicos ou não, acontecem. É o resultado de políticas globais, mas que também tem suas especificidades, ou seja, as atividades ali realizadas ou o modo de organização social a ver com o sistema econômico adotado em quase todos os países, que é o capitalismo. Todavia, algumas características lhes são peculiares e se mantêm apesar do processo de globalização. Neste artigo, vamos considerar, para fins pedagógicos, o município como a extensão territorial do lugar.

Entendemos que seja importante para o aluno conhecer esse conceito e, a partir de sua sistematização, devemos instigá-los a indagar sobre como o lugar onde vivem foi e é organizado. Deveremos torná-los capazes de procurar respostas para a razão da existência das desigualdades sociais e espaciais em seu município e, mais que isso, de os capacitarem a interferirem nessa realidade.

A partir do momento que o aluno assimila o conceito de lugar, passa a ter noção de pertencimento a este lugar e que é também um dos construtores / organizadores desse espaço, que ao mesmo tempo é singular/global. Enquanto essa noção de pertencimento não existir, o sujeito/aluno torna-se estranho ao local e dificilmente contribuirá para que, sendo necessário, outra realidade seja construída. STRAFORINI (2004: 56) diz que a Geografia não pode e não deve permitir que os alunos saiam da escola reproduzindo um sistema que os sufoca.

Ainda que o estudo do lugar seja imprescindível, devemos nos atentar para que o conteúdo não se limite a essa escala. É preciso ir além, ou seja, estudar o nível global, sem o qual não conseguiremos entender o próprio lugar. Como explicar, por exemplo, os diferentes bairros residenciais da cidade se ao menos compreendemos que o sistema capitalista impera no Globo? Ou ainda porque a cultura dominante do município

é a de soja quando o consumo local desse grão é ínfimo? Para SANTOS (1994, p.321):

A localidade não se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela e o mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares.

Um aluno do Ensino Médio, que já deve ter formado vários conceitos geográficos no Ensino Fundamental, deverá estar apto a fazer sempre esse jogo de escalas e, se não consegue ainda, é necessário repensarmos sobre o processo de ensino/aprendizagem. Uma vez que o aluno não consiga relacionar a existência de diferentes bairros ao sistema econômico mundial ou que o domínio da cultura da soja é para suprir o mercado internacional, é um bom indicador que algo precisa ser mudado, ainda mais hoje onde as questões globais interferem tanto no local. Não cabe mais ensinar o lugar pelo lugar, já que ele não se explica sozinho. O que queremos, portanto, é que todas as escalas sejam de fato estudadas e não que uma seja privilegiada em detrimento de outra. Entendemos que não existirá aprendizagem efetiva se uma das escalas ficar em segundo plano. Um planejamento bem elaborado é um dos requisitos para se garantir o estudo do espaço geográfico em todas as escalas.

Estudar o espaço geográfico em nível local é fundamental para que possa haver maior participação do aluno na comunidade onde vive. Conhecer os aspectos geográficos relevantes como os socioeconômicos e ambientais pode levar o aluno à reflexão e à busca de soluções para possíveis problemas que estejam acontecendo nesse espaço. Por outro lado, a marginalização do conhecimento por parte do aluno sobre o mundo mais próximo tem provocado indiferença e desestimulado ações, uma vez que os assuntos trazidos para sala de aula fogem do controle do aluno. Dificilmente os alunos buscarão soluções para problemas que não estejam ao seu alcance. Tomemos como exemplo a poluição dos mananciais. Se o professor apenas relata problemas de rios que não fazem parte do seu cotidiano, não devemos esperar que os alunos se mobilizem para resolução de tais problemas. Essa indiferença é observada claramente em nosso cotidiano, onde são raros os movimentos estudantis que cobram políticas públicas municipais para resolução de problemas instalados no município do

aluno. Se isso é uma realidade, a Geografia não está cumprindo totalmente os seus objetivos.

Enquanto o ensino da Geografia estiver pautado na enumeração de informações desconexas e distantes da realidade do aluno, não poderemos almejar a sonhada transformação social. SANTOS (1994, p. 321) diz:

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez teorização) dessa relação entre o espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam.

Devemos repensar nossa prática pedagógica e propormos objetivos mais ambiciosos para cada aula, para que a educação não continue vazia e pouco significativa, atendendo apenas anseios particulares e não comunitários. É preciso que os educadores se conscientizem sobre a necessidade urgente de tornar os conteúdos mais significativos e, para isso, acreditamos que só materializando a proposta das DCEs do estado do Paraná, que estabelece que o nível de escala local também deve ser estudado, isso se tornará possível. Notamos que alunos e professores estão habituados a essa pouca significância dos conteúdos, ao menos questionam se o estudo da escala local poderia ser uma das alternativas para mudar o quadro educacional que não tem obtido resultados satisfatórios.

Se o estudo do lugar do aluno por si só não é capaz de suprir as deficiências da educação, também é verdade que sem esse estudo tais deficiências não serão supridas por completo. Para que isso se torne realidade é necessário que se sistematize esse estudo e busque fontes confiáveis e metodologias que alcancem os objetivos. RUA (2005, p. 3) diz:

Trabalhando com base no conhecimento empírico da realidade do aluno, seguir-se ia, depois, para a teoria e, com sua ajuda, se voltaria àquela realidade para reinterpretá-la, agora não mais apenas com base no conhecimento empírico.

Realidade - Teoria – Realidade, este seria um caminho a ser seguido, a partir das observações e das reflexões iniciais dos alunos Na teoria, buscam-se a fundamentação, o aprofundamento e a generalização das reflexões iniciais. Volta-se então, à realidade, criticando-a e analisando-a à luz da teoria, cientificando-se os conceitos.

Como a Secretaria de Educação do Estado do Paraná deixa claro em sua proposta que o ensino da Geografia deve estar pautada na corrente Histórico Crítica, onde ressalta como objetivos a transformação de nossa sociedade, é indiscutível que o Lugar do aluno faça parte do componente curricular e que os resultados sejam observados também a partir das mudanças referentes à conduta do aluno em sua participação social. Para CAVALCANTE (1998, p.11):

[...] o pensar geográfico contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo, ao contextualizar espacialmente os fenômenos, ao conhecer o mundo em que vive, desde a escala local à regional, nacional e mundial. O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais.

3 - DESAFIOS SOBRE O ESTUDO DO LUGAR

Estudar o lugar não é tão fácil quanto aparenta. Se no passado a Geografia estudava seus objetos separadamente e em gradação de escalas, normalmente partindo do local para o mundial, nesse mundo globalizado não há mais como fazer dessa maneira. Segundo STRAFORINI (2004, p.82):

Na nossa visão de mundo, a realidade evoca a idéia de realidade. Não há como conceber o mundo linearmente, estudando as partes: casa, rua, bairro, cidade, estado, país, continente separadamente para depois juntá-los, formando assim o mundo. No atual período histórico, o mundo é fragmentado nos sentido de que a globalização produz espaços da globalização, ou seja, os espaços hegemônicos e os hegemonzados, os que ditam as ordens e os que as executam. Mas o mundo não é a somatória desses espaços tomados separadamente, mas sim uma totalidade, ou seja, esses espaços só fazem sentido no conjunto da totalidade.

Nesse sentido, as DCEs do estado do Paraná são claras quanto a necessidade de estudar os conteúdos de Geografia nas séries do Ensino Fundamental e Médio desde a escala global à local. Porém, sabemos que nem todos os professores conhecem essa exigência e mesmo os que conhecem tratam de forma muito aligeirada e ainda sem estabelecer relações entre as diversas escalas espaciais, inviabilizando um ensino de qualidade.

A seguir enumeramos vários fatores que têm prejudicado a materialização do estudo do Lugar:

- Desconhecimento das DCEs;
- Falta de material pedagógico de qualidade e fontes de pesquisa referentes à Geografia do Município;

Diante dessas premissas vamos discutir, a seguir, sobre cada um desses itens.

3.1 - AS DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO PARARÁ

Se as Diretrizes Curriculares devem nortear o trabalho do professor, é a partir delas que devemos construir nosso Plano de Trabalho, elegendo os conteúdos, estabelecendo métodos, metodologias e objetivos. Sem essas Diretrizes, cada professor ficaria livre para desenvolver seu trabalho segundo seus critérios e objetivos que poderiam coincidir ou não com os da educação paranaense. Portanto, conhecê-las é indispensável ao processo pedagógico. Sem elas, as aulas de Geografia poderiam também perder o objetivo. CAVALCANTE (1998, p. 25) também ressalta a necessidade de se estabelecer objetivos, conteúdos e métodos de ensino quando diz:

[...] o ensino é um processo de conhecimento pelo aluno, mediado pelo professor e pela matéria de ensino, no qual devem estar articulados seus componentes fundamentais: objetivos, conteúdos e métodos de ensino. Nesse sentido, os objetivos sóciopolíticos e pedagógicos gerais do ensino e os objetivos específicos da Geografia escolar é que orientam a seleção e organização de conteúdos para uma situação de ensino. No entanto, é o uso de um método de ensino adequado que pode viabilizar os resultados almejados.

STRAFORINI (2004, p.51) também revela sua preocupação em relação à essa questão:

[...] faz-se necessário questionarmos os seu papel nas escolas, pois sem uma clara definição desse papel não podemos escolher uma corrente teórico-metodológica que dê sustentação para a nossa visão de mundo, evitando, dessa forma, o risco de ensinarmos uma Geografia Tradicional escamoteada por fragmentos de várias linhas e correntes teórico-metodológicas, ou seja, uma verdadeira colcha de retalhos, porém, sem o encanto da simplicidade e o colorido, mas sim confusa e tênue.

Entendemos que estudar os vários níveis de escala significa, estudar o Globo, os continentes, o país, a região, o estado, o município e até o bairro. Assim tanto no Ensino Fundamental, como no Médio, estudar o bairro ou o município é tão necessário quanto o país ou o continente. Não podemos mais deixar isso passar despercebido ou esperar que os alunos cobrem o estudo nesta escala, até porque elas são indissociáveis. Segundo STRAFORINI (2004, p.93):

O mundo de hoje é globalizado e todas as dimensões espaciais, sejam elas o bairro ou o país, o local ou o global, se encontram numa íntima relação de proximidade. [...] Na verdade, não é o ponto de partida – o bairro ou o mundo – o que é significativo, mas sim o estabelecimento das relações entre esses”. Além disso, é fundamental o local seja estudado, uma vez que, dá ferramentas aos nossos educandos para que possam entender com maior facilidade os fenômenos geográficos que os cercam.

Ainda para CERBATO:

O conhecimento geográfico poderá formar cidadãos cada vez mais crítico e politizados. Para que isso ocorra, é preciso que conheçam o espaço que estabelecem suas relações cotidianas.
(2008, pág.63)

Além das questões pontuadas acima sabemos que a discussão desse tema ainda é recente e não há ainda disseminado metodologias sistematizadas para que os professores possam se orientar. Poucos são os livros de Geografia do Ensino Médio que disponibilizam atividades relacionadas ao estudo do município, como também é pequeno o número de livros que tratam especificamente desse assunto. A elaboração e a distribuição de cadernos com atividades para estudo do município é também uma ferramenta que pode ser eficaz para democratizar as metodologias.

A carência de metodologias sistematizadas promove rupturas no trabalho do professor. O planejamento consistente de como vai ser trabalhado cada conteúdo em nível municipal, organiza o trabalho do professor e contribui para que uma mesma atividade seja não realizada várias vezes pelos mesmos alunos (sem intencionalidade), enquanto outra fique sem ser realizada. Não podemos trabalhar na improvisação. O improviso não garante que uma atividade que foi realizada com sucesso num

determinado ano letivo seja novamente realizada nos anos posteriores, principalmente, porque há uma rotatividade bastante grande dos professores. Portanto é urgente que se trabalhe em prol da construção desses cadernos ou da inclusão de atividades nos livros didáticos.

Não queremos aqui transparecer que os professores sejam incapazes de construir suas próprias metodologias, não é isso. O que queremos é que tais metodologias estejam sistematizadas no Plano de Trabalho do professor. É imprescindível que os professores consigam, antes do início das aulas, estabelecer quais atividades serão realizadas em cada série, de modo a garantir que o aluno, quando chegar no último ano do Ensino Médio, tenha um conhecimento amplo do seu município.

Quais metodologias são viáveis para o estudo do município?

Quanto a esse questionamento, podemos responder que são muitas e variadas e que serão eleitas conforme critério do professor. Por isso é que o planejamento prévio é tão importante. É evidente que possa haver necessidade de mudanças no decorrer do ano, mas isso também deve de certo modo ser previsto. A seguir vamos apresentar algumas metodologias que poderão ser aplicadas ao estudo do município:

3.1.1 - Aulas de campo: como o estudo do município enfoca espaço próximo do aluno, a saída a campo se torna bastante viável. Tomamos como exemplo uma saída em torno do quarteirão da escola para reconhecer as espécies de árvores existentes nesse espaço. Também pode ser observada a conservação das calçadas, se existe lixo jogado, qual é a função principal do bairro (residencial ou comercial), enfim, dependendo do conteúdo que o professor estiver trabalhando, ele vai orientar seus alunos a observarem e depois faz se discussão em sala de aula sobre o assunto estudado. Segundo CERBATO (pág. 63):

[...] o trabalho de campo funciona como um instrumento de verificação e apreensão da realidade, bem como um registro de mudanças nas paisagens, sendo, portanto um recurso de análise da realidade espacial em escala local e regional.

Sendo a escola um lugar para aprender cientificamente a Geografia, devemos cuidar para que a aula não seja um simples passeio. A saída dos alunos da sala de aula deve ter objetivos claros. A análise do conteúdo da paisagem deve ser explicada

agora sob o ponto de vista científico e não mais pelo senso comum. Não interessa também a simples enumeração de fatos observados. Nós professores de Geografia temos que ser capazes de fazer uma leitura das inter-relações desses fatos e incitar para que os alunos façam o mesmo diante de qualquer paisagem.

3.1.2 - Confecção de maquetes: além de ser uma atividade muito útil na disciplina de Geografia, em geral os alunos participam bastante. Através da maquete o aluno tem uma visão tridimensional de aspectos importantes da Geografia, que seria muito trabalhoso e menos prazeroso se o aluno tivesse que utilizar somente a forma plana.

Na representação do relevo e de bacias hidrográficas o uso de maquete é primordial. O aluno será capaz de perceber onde estão as áreas de maior risco de erosão ou de enchentes e tomar consciência de que algumas áreas, em função da inclinação do terreno, por exemplo, são impróprias para construções habitacionais ou para a prática da agricultura.

3.1.3 – Entrevistas: por ser de fácil aplicação e resultados formidáveis, a entrevista se torna uma excelente opção para o estudo do município. Por exemplo, se o conteúdo que está sendo trabalhado no momento é espaço cultural, pode-se entrevistar moradores mais antigos da cidade para que descrevam as transformações que o espaço do município vem passando. Se for agricultura, também pode ser perguntado sobre as diferenças entre as técnicas de cultivo do passado e as atuais. São poucos os conteúdos da Geografia do município que não podem ser estudadas por meio de entrevistas. Muitas vezes a entrevista pode ser substituída por uma palestra, pois ao invés dos alunos irem até o entrevistado, é o entrevistado que vem até o aluno.

3.1.4 - Trabalho com mapas e cartas: a utilização de mapas e cartas constituem ferramentas indispensáveis nas aulas de geografia. É a partir dessas ferramentas que o aluno poderá se localizar espacialmente. Sem a utilização deles, parte do processo educativo ficará comprometido. Ao ensinar limites do município, se o aluno não tem um mapa ao seu alcance, é impossível que ela venha compreender esse conteúdo.

Também não poderá ter outras noções como a zona de iluminação onde se encontram, proximidade ou distanciamento do mar e a influência deste no clima local. É importante que o professor disponibilize vários mapas de várias escalas e vários temas. Será através deles que poderão situar os fenômenos geográficos e entender, por exemplo, por que os rios do município correm para o Norte e não para outra direção.

Ainda sobre esse tema, orientamos para que os professores se habituem a apresentar mapas ou cartas no sentido horizontal, podendo ser no chão e se for de tamanho reduzido, na carteira mesmo. Temos observado que os alunos apresentam muita dificuldade para se orientarem espacialmente e, um dos meios para superar essa dificuldade é a disposição dos mapas na horizontal e orientados corretamente (Norte do mapa para o Norte da Terra).

Uma atividade simples, mas de grande valia, é colocar o mapa no chão do pátio da escola (orientado corretamente o mapa) e, a partir dele mostrar aos alunos as direções na cidade ou no município. Podemos explorar a direção de alguns pontos de referência da cidade (igreja, hospital...), os limites dos municípios, até a direção da residência de cada aluno.

Quando esta atividade não é realizada, o aluno provavelmente terá a noção de que Sul é para baixo e Norte é para cima e que as direções mudam se você virar o mapa, o que consideremos como um dos grandes pecados da Geografia.

3.1.5 - Pesquisa em cartórios e igrejas: essas duas instituições são fontes valiosíssimas de informações. Por esse meio podemos pesquisar dados demográficos de vários temas, como origem dos habitantes do município, taxas de natalidade e mortalidade, entre outros. Também, através dos registros de imóveis, podemos conhecer a realidade agrária daquele município, se houve concentração de terras, por exemplo.

3.2 – AUSÊNCIA DE MATERIAL DIDÁTICO ADEQUADO REFERENTE À GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO

Os livros de Geografia do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) abordam a geografia geral, continentes, países e regiões. Em alguns casos chegam até o nível estadual. O

gargalo sobre o estudo da escala municipal está justamente aí. O estudo do município não é contemplado mais, a não ser em algumas sugestões de atividades no final de cada capítulo. Sabemos que os livros, que são distribuídos em nível nacional, não teriam como contemplar os mais de cinco mil municípios existentes no Brasil, no entanto, concordamos com a necessidade de se acrescentar obrigatoriamente um capítulo com metodologias objetivando o estudo do município do aluno, cabendo ao professor viabilizar esse estudo, dando apoio bibliográfico e metodológico para seus alunos.

A falta de fontes de informação adequadas pode dificultar o estudo prático, uma vez que nem todos os municípios constam de material didático sistematizado, todavia, o uso da Internet pode contribuir extraordinariamente para que essa lacuna seja preenchida, uma vez que contamos com vários *sites* oficiais, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ipeadata (*site* que disponibiliza os dados do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Inep (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e CNM (Confederação Nacional dos Municípios) que trazem informações minuciosas sobre cada município brasileiro, destacando desde aspectos ambientais até os socioeconômicos.

A utilização da Internet é imprescindível para a coleta de dados dos mais variados temas e épocas. Para tanto, as escolas precisam dispor dessa ferramenta, onde professores e alunos poderão ter acesso aos inúmeros *sites* oficiais que disponibilizam as informações. No caso da Internet ser de alcance somente dos professores, este deverá buscar com antecedência o conteúdo de interesse e repassar posteriormente aos alunos. A prática contínua de busca de dados/informações oficiais permite atualização de conteúdos e comprovação ou negação de fatos observados, por exemplo, não podemos dentro da instituição escolar trabalhar com o *“eu acho que a área de cultivo de cana-de-açúcar aumentou”*. Isso não cabe à escola. Devemos, portanto, através da coleta dos dados, como os do IBGE, dizer o que realmente aconteceu. O professor de geografia, mais do que de outras áreas, tem que ser obrigatoriamente um pesquisador e se atualizar constantemente, uma vez que utiliza muitos conceitos e dados numéricos que se alteram com freqüência. Não podemos aceitar mais, diante de tantos meios de informação, professores trabalhando ano após

anos com os mesmos conceitos e números (a menos que não tenham mudado) e muito menos com suposições. Também cremos que essa busca torne-se hábito tanto de educadores como de educandos e a partir do momento em que ambos se familiarizem com os *sites*, as pesquisas ficam mais fáceis e rápidas.

Diante das informações obtidas é interessante sistematizá-las. Isso demanda tempo e organização, mas é indispensável para que o ensino saia da abstração e do senso comum tornando-se realmente significativo e com base científica. Também é oportuno dizer que os dados estatísticos coletados nos diversos órgãos devem ser analisados contextualizando-os, pois os dados por si só se tornam simples números. Lembramos que o referencial teórico aqui utilizado não é o da Geografia Quantitativa e sim da Crítica.

A oferta de cursos direcionados aos professores do Ensino Fundamental e Médio abordando metodologias que ressaltem a importância do estudo do município é uma das ações que pode colaborar bastante para instrumentalizá-los à essa prática.

Outro canal, embora mais burocrático, para se buscar informações municipais, é através das secretarias da Prefeitura Municipal, tais como as da Educação, Saúde e Meio Ambiente. Ocorre que nem sempre os funcionários desses órgãos estão disponíveis para nos atender, às vezes por falta de tempo, outras vezes, até por medo de revelar alguns dados sobre o município que até então se mantinham velados.

4 - OS CONTEÚDOS ESTRUTURANTES NO ESTUDO DA GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO

As Diretrizes Curriculares de Geografia para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio apontam quatro conteúdos estruturantes que vão nortear o planejamento do professor em cada série trabalhada. Esses conteúdos, segundo as Diretrizes são:

os conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e ensino, São neste caso, dimensões geográficas da realidade a partir das quais os conteúdos específicos devem ser trabalhados (DCEs, 2008).

Nessas Diretrizes Curriculares, os conteúdos estruturantes são analisados em quatro dimensões de âmbito geográfico, a saber: **Econômica, Política, Socioambiental e Demográfica e Cultural**. Portanto, o professor de Geografia estará menos propenso de tratar de conteúdos que fujam completamente do objeto da disciplina, que é o Espaço Geográfico, pois muitas vezes, partimos para caminhos que é particular da Filosofia ou da Sociologia e deixamos de fazer a abordagem geográfica.

Sendo assim, ao selecionar os conteúdos específicos, o professor terá que estar habilitado para desenvolver os conteúdos estruturantes em cada um dos conteúdos específicos, por exemplo, ao selecionar o conteúdo água, o professor viabiliza a abordagem econômica, política, socioambiental, demográfica e cultural. Esse mecanismo deve ser uma regra para todos os conteúdos específicos.

Abordaremos aqui como cada conteúdo estruturante poderá ser estudado na escala municipal:

4.1 - Dimensão Econômica: nessa dimensão devemos enfatizar como a sociedade se apropria do meio natural, possibilitando ao aluno a compreensão sócio-histórica das relações de produção capitalista e como ela se manifesta no espaço geográfico. Nesse âmbito o aluno terá que se conscientizar que também é um agente da construção desse espaço. Portanto, cabe a Geografia subsidiá-los para que interfiram de modo consciente na realidade.

Na escala municipal essa dimensão tem um leque bastante grande a ser estudado uma vez que numa sociedade capitalista, como é a nossa, o econômico comanda quase que exclusivamente na organização espacial, ou seja, a maneira como o espaço está organizado é resultado, em grande parte, do sistema econômico que impera. Sendo assim, é preciso que no Plano de Trabalho Docente o estudo da dimensão econômica esteja sistematizado, ou seja, que o professor estabeleça como executará essa tarefa, quais atividades serão realizadas e como serão realizadas, a fim de que no final de determinado conteúdo, o aluno consiga explicar como seu espaço foi construído, quais interesses levaram a organizá-lo de tal maneira e ainda ser capaz de propor uma nova organização desse espaço, uma vez que não é acabado. Portanto, alguns pontos que podem ser estudados aqui são: as atividades econômicas do município, a renda per capita, as diferenças entre bairros e o índice de gini.

Salientamos que o professor deverá fazer com que o aluno entenda como o modelo econômico adotado interferiu na organização espacial do seu município. É comum que alunos de séries finais do Ensino Fundamental não consigam distinguir ao menos qual sistema econômico adotamos. Se isso ocorre, não adianta o professor falar em organização espacial no modelo capitalista antes que ele entenda como esse sistema funciona. É necessário então que nós professores estejamos sempre investigando quais conceitos os alunos já conhecem. O entendimento dos conceitos estudados no conteúdo é um pré-requisito imprescindível. Exemplificamos: quando o professor for trabalhar o tema agropecuária, deverá partir não imediatamente das atividades realizadas no município, mas sim o que significa agropecuária e quais são os tipos de agropecuária ou, se o conteúdo é indústria, o aluno terá que conhecer primeiramente os conceitos acerca dessa atividade, tais como, indústria de base, de bens de equipamentos e de bens de consumo.

Outra questão que devemos lembrar é que quase todos os conteúdos trazem em si os quatro temas estruturantes, citados anteriormente. Diante, por exemplo, do tema água, o professor poderá explorar na dimensão econômica o crescimento do mercado da água, se no município a água foi privatizada, o valor de cada litro de água e qual empresa é responsável pelo tratamento e distribuição. Na dimensão socioambiental poderá estudar poluição da água no município, se existe estação de tratamento de esgoto e quais rios recebem a água tratada. Na dimensão demográfica e cultural poderá pesquisar se existem pessoas sem acesso a água potável, se existe política que orienta a utilização da água, quais os usos da água, etc.

4.2 - Dimensão política: essa dimensão engloba os interesses relativos aos territórios e às relações de poder, econômicas e sociais que os envolvem. O professor deverá possibilitar ao aluno o entendimento sobre as forças que regem a organização do espaço, ou seja, quem tem o poder de decisão para organizar o espaço. Sabemos que nem sempre o poder público municipal é capaz de decidir sobre como seu espaço deverá ser organizado, uma vez que poderes de outras esferas podem decidir sobre eles. Além disso, uma grande empresa, por exemplo, pode ter mais poder sobre determinado município do que o próprio poder municipal representado pela prefeitura.

Essas empresas acabam por vezes decidindo sobre quais são as ações que o prefeito deverá tomar.

Consideramos muito importante que o aluno compreenda nessa dimensão que a sociedade da qual ele faz parte também está representada pelo poder público que está a serviço dessa sociedade e não o contrário. Ao conhecer seu espaço através de um estudo científico proporcionado nas aulas de Geografia, o aluno tende a manifestar sobre seus anseios em relação ao seu município. SEVERINO (1994, p.71) diz que:

Ocorre uma pulsação entre o jogo de força que constituem a sociedade e o jogo de forças que se concretizam a educação, de tal modo que, de um lado, a forma desta se organizar reflete e reproduz integralmente a forma de estruturação da sociedade; mas de outro lado, o processo de atuação especificamente educacional pode ter efeitos desestruturadores sobre a sociedade, sendo então fator de mudança social.

Portanto, as atividades realizadas para o estudo dos conteúdos nessa dimensão têm como função dar ao aluno a idéia de pertencimento, de sujeito da organização espacial. O estudo do Plano Diretor do município deve ser contemplado nessa dimensão.

4.3 - Dimensão socioambiental: uma vez que consideramos como objeto de estudo da Geografia o espaço geográfico, que é o espaço produzido pela sociedade, fica evidente que na dimensão socioambiental deve se levar o aluno compreender o processo de transformação que essa sociedade provocou no ambiente natural. No entanto, somente compreensão não basta, é preciso ousar mais e fazer o aluno reconhecer que ele é ator também dessa sociedade e como tal deve entender os mecanismos da natureza, entender como ela funciona para a partir daí, quando necessário, intervir nela. Isso pode garantir que antes mesmo de agir sobre essa natureza, já se tenha previsão dos danos ambientais conseqüentes.

Embora seja evidente que os alunos estejam mais conscientes dos danos ambientais provocados pela sociedade, percebemos também que se consideram isentos dessa sociedade que destrói. Precisamos aplicar, portanto atividades que os levem a refletir sobre suas atitudes e quais poderiam ser mudadas em prol do ambiente. É preciso ainda que entendam que a busca insaciável pelo lucro, que quase sempre se concentra em poucas mãos, não pode legitimar desastres ambientais que atingirão toda

a sociedade. A busca por informações sobre o meio ambiente (mananciais, destino do lixo, mata ciliar etc.) no município, via poder público municipal (Secretaria do Meio Ambiente) pode ser um caminho para fazer com que os alunos conheçam a realidade próxima e que possam propor e cobrar soluções para os possíveis problemas existentes.

4.3 - Dimensão cultural e demográfica: nessa dimensão deve permitir a análise do espaço geográfico sob a ótica das relações sociais e culturais, bem como da constituição, distribuição e mobilidade demográfica. Na escala local podemos analisar vários aspectos como o movimento pendular da população, a composição étnica, os índices demográficos, as marcas culturais reconhecidas na organização do espaço e as transformações que a cultura local vem passando com o processo de massificação.

Essa dimensão é fundamental para que o aluno se identifique na sociedade, se reconheça e descubra que as diferentes culturas produziram espaços geográficos diferentes, que muitas vezes são singulares. A observação e análise do espaço geográfico é capaz de revelar ao aluno muitos aspectos culturais de seu município, como por exemplo, se há grande quantidade de igrejas/capelas católicas denuncia que ali existem muitos fiéis dessa religião. Podemos avançar nesta dimensão analisando os índices demográficos e ao contrastar com outros municípios ou com os do Brasil, ou de países desenvolvidos poderão reconhecer se esses índices são bons ou não e discutirem as políticas públicas necessárias para melhorar os índices quando se apresentarem insatisfatórios.

Em municípios de formação recente, a pesquisa sobre a origem dos imigrantes que o formou e os motivos que os trouxeram se torna uma ferramenta importante para explicar as migrações nas outras escalas. Ainda, analisando a organização do espaço geográfico, os alunos deverão ser capazes de reconhecerem como a sociedade está organizada. É importante que os alunos entendam que as diferentes características do espaço geográfico também é fruto das diferentes culturas e que cada vez mais há uma homogeneização da paisagem criada pela massificação da cultura.

5 - CONCLUSÃO

A postura crítica não é aquela que destrói o que existe, mas aquela que supera, abrindo a perspectiva de se discutir a realização concreta da história.

[...] assim, os alunos devem assumir um papel ativo no seu processo de formação, pois mais do que habilitar técnicos, devemos formar uma massa crítica para influir sobre a realidade com uma perspectiva de mudança. Cabe ao professor incentivar o aluno nessa direção. (CARLOS, 2008 p. 98)

Após quase dois anos pesquisando sobre o estudo do **lugar** nas aulas de Geografia, observamos uma grande deficiência desse estudo. Não é raro alunos não conseguirem caracterizar aspectos simples da Geografia do Lugar onde vivem. A escola parece ainda privilegiar a transmissão do conteúdo apenas e está perdendo de vista os objetivos dela. Muitos professores se sentem tranquilos quando dá conta de todo o conteúdo do livro, importando pouco se tais conteúdos foram significativos. Se a escola assume como concepção teórica da Geografia Crítica, no mínimo, seus alunos deveriam conseguir fazer uma leitura geográfica do seu espaço de vivência, ou seja, que fossem capazes, em Geografia, de citar os elementos que compõe esse espaço e como eles se relacionam. É inconcebível que ao estudar sobre formas de relevo ou biomas os alunos não sejam capazes de distinguir quais dos aspectos se manifestam no seu espaço. Compartilhamos da idéia de que se não consegue fazer isso é porque não aprendeu o conteúdo. Da mesma maneira um aluno que aprendeu sobre zonas de iluminação deve conseguir explicar as características do clima do seu lugar (quando esse o fator principal).

Partimos do pressuposto que se os professores desde as séries iniciais estimulassem seus alunos a observarem a paisagem que os cerca, além de instigarem a explicar porque ele é assim (claro que considerando o nível intelectual de cada fase do aluno), ao findar o Ensino Médio, esses alunos teriam muito menos dificuldades em compreender a organização espacial em outros níveis de escala.

Também acreditamos que, se a escola objetiva que os alunos, a partir do conhecimento científico, possam transformar a realidade atual em uma outra melhor, não há como isso ocorrer de fato se desconhecem as deformidades de seu próprio espaço. A noção de pertencimento ou estranhamento, que vai orientar os alunos a uma

ação ou a simples aceitação da realidade, está relacionada ao conhecimento da geografia do lugar do aluno.

Percebemos que a participação dos alunos nas discussões em sala de aula acerca dos conteúdos são muito mais acaloradas quando tratamos de questões locais e não das que parecem mais distantes, pois quando se trata do seu lugar, sentem que podem comandar a organização do espaço conforme anseiam. A atitude desses alunos é diferente quando o conteúdo não é tratado em nível local, onde mais ouvem do que discutem, afinal, propor o que para questões tão distantes?

É urgente que, se desejamos uma sociedade melhor do que a que temos, as aulas de Geografia devem indiscutivelmente assumir o estudo do Lugar do aluno dentro da proposta da Geografia Crítica. Enquanto isso não acontece, ela continuará livresca, conteudista e incapaz de cumprir com seus objetivos.

6 – REFERÊNCIAS

AIGNER, C. H. de O. **Geografia e educação ambiental: construindo a cidadania a partir da valorização do lugar na escola municipal professor Larry José Ribeiro Alves.** In : Rego, N., MOLL, J., AIGNER, C.(Orgs.) **Saberes e Práticas na Construção de Sujeitos e Espaços Sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CALLAI, H.C. **O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento.** Disponível em <
<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>>. Acesso em 08/12/2008.

CARLOS, A. F. A. **a cidade.** São Paulo: Contexto, 2008..

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimento.** Campinas: Papirus, 1998.

CERBATO, F., **Para fora da classe!** Discutindo Geografia. Pág. 62 -63. Escala Editorial, ano 4, nº 20 , São Paulo

MORAES, P.R., **Ensinar geografia “não podemos perder o bonde da história”:** Discutindo Geografia. Págs 64-65. Escala Editorial, ano 2, nº 11. São Paulo.

RUA, J., WASZKIAVICUS, F.A, TANNURI, M.R.P, PÓVOA NETO, H. **Para ensinar Geografia:** contribuição para o trabalho com 1º e 2º graus. Rio de Janeiro: Access, 1993

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO: **Diretrizes Curriculares de Geografia para os anos finais do ensino Fundamental e para o Ensino Médio**. Curitiba, 2008

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **os deficientes cívicos**. Disponível em <http://64.233.169.132/search?q=cache:OzTndLCo1CoJ:br.geocities.com/madsonpardo/ms/folha/msf01.htm+%22a+educa%C3%A7%C3%A3o+deve+ser+concebida+para+atender%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br&client=firefox-a>. Acesso em 07/12/2008.

SEVERINO, A.J. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

STRAFORINI, R., **ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Annablume, 2004.